



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## **ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP**

### **ATA DA 5º REUNIÃO:**

#### **Participantes:**

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dra. **Nathália Freitas Loureiro**, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socio-educativas – DMF/CNJ;

Dra. **Maria Tereza Uille Gomes**, Presidente do CONSEJ;

Dra. **Andrezza Duarte Cançado**, membro colaboradora do CNMP;

Dr. **Henrique Nogueira Macedo**, membro colaborador do CNMP;

Dr. **Soel Arpini**, membro auxiliar do CNMP;

Dr. **Paulo Taubemblatt**, membro auxiliar do CNMP;

Dr. **Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro**, Procurador do Trabalho – Vice-Coordenador Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhista na Administração Pública;

Dra. **Vivian L. Gomes de Oliveira**, do Conselho Federal da OAB;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN;

Dr. **Pedro Ivo de Sousa**, promotor de justiça do Estado do Espírito Santo;

Dr. **Renato de Vitto**, presidente do DEPEN

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos dez (10) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze (2014), às 10:00 horas, na sala 307 do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal – ENASEP. O Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos fazendo as considerações iniciais. Em seguida, passou a palavra à Dra. Andrea Paixão que apresentou um roteiro para implementação do projeto “Resgatando a Cidadania”, executado com sucesso em Minas Gerais pelo RECIVIL. Ressaltou que, em dois anos de projeto, já foram emitidas cerca de 20 mil certidões de nascimento às pessoas privadas de liberdade no Estado de Minas Gerais. No tocante às deliberações relacionadas no item B da ata da reunião passada, especialmente a respeito da ação 4.1 do relatório do Programa Segurança sem Violência, Dra. Maria Tereza disse que já enviou questionário aos Estados para que informem sobre a necessidade de reforma de construção de unidades prisionais. Comprometeu-se a reiterar o questionário para os Estados que ainda não responderam. Sobre o item 5.1, relativo ao compromisso da OAB de apresentar o parecer de tributarista sobre incentivos fiscais para municípios que sediarem unidades prisionais ficou adiado para a próxima reunião. Dr. Alexandre Saliba informou aos presentes que continuará na presidência da Comissão até 12/08/2015. Apresentou proposta de realização de evento internacional sobre execução penal a ser realizado em Março de 2015, que teria participação do Dr. Mauro Palma, Presidente do Conselho Europeu de Execução Penal, do Dr. Marco Ruotolo, professor italiano que estuda profundamente o tema, indicados pelo Dr. Pedro Ivo, além de quatro professores alemães, por sugestão do Juiz de Direito Leonardo Zanini. O encontro terá o objetivo de trocar experiências e, após o evento, serão visitadas uma das piores e uma das melhores unidades prisionais do Brasil. O Dr. Pedro Ivo, que primeiro articulou as tratativas, fez breves considerações a respeito do planejamento do evento. Cogitou-se também convidar autoridades americanas, chinesas e russas para trazerem suas experiências exitosas na diminuição do percentual de encarceramento por 100 mil habitantes. O Dr. Ruy Cavalheiro sugeriu que o tema trabalho do preso também fosse contemplado no referido evento. Em continuação, o Dr.



Alexandre Saliba salientou a necessidade de a ENASEP apresentar resultados práticos, modificando o cenário atual, como por exemplo a questão da audiência de apresentação. Pediu, portanto, sugestões aos presentes. Dr. Soel Arpini sugeriu que o programa "Resgatando a Cidadania" do RECIVIL fosse replicado em outros Estados, já que se trata de um projeto exitoso e pronto. Sugeriu-se, então, que os Estados de Rondônia, Paraná, Mato Grosso, Maranhão e Espírito Santo participem da primeira etapa da implantação nacional do projeto que se chamará "Identidade Cidadã no Sistema Prisional" e terá a seguinte meta: "100% dos presos com registro civil com número único de monitoramento". Será feita uma reunião prévia em 04/02/2015 no DEPEN com as autoridades dos Estados envolvidos e o lançamento do projeto está marcado para o dia 25/02/2015, às 16h, no plenário do CNMP. A Dra. Maria Tereza falou brevemente sobre ações do CONSEJ. Discorreu sobre a municipalização da execução penal no monitoramento e fiscalização do cumprimento das alternativas penais, em especial, com a criação de patronatos municipais. Passou a apresentar dados do SIGEP, que utiliza programa de *business intelligence*, ferramenta que permite o cruzamento de dados para relatórios estatísticos. Mostrou gráficos e números sobre o total de presos no Estado do Paraná com presunção de uso de drogas, demonstrando que é possível diminuir a taxa percentual de encarceramento. Disse que a utilização do número único da certidão de nascimento muito facilitará a utilização da ferramenta em nível nacional. Deixou a sugestão de se fazer diagnóstico sobre o perfil de mulheres grávidas e/ou com filho no sistema prisional. Sugeriu que fosse realizado, também, um diagnóstico sobre o perfil de traficantes internacionais e transnacionais. Esses levantamentos teriam o objetivo de mapear a situação de crianças e grávidas inseridas no sistema e de dividir os traficantes de drogas pelos seus perfis. Por fim, Dr. Ruy Cavalheiro parabenizou o DEPEN pela realização do seminário sobre trabalho do preso e ressaltou que o evento com os gestores do sistema prisional, referido na última audiência, não deve ser deixado de lado. Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos:**



**a)** fica reiterada a necessidade de implementação da ação 3.1: criação de GT para discussão dos mecanismos de governança da política penitenciária nacional. Responsável: MJ – DEPEN;

**b)** o CONSEJ deverá reiterar os pedidos de informações aos Estados que não responderam o questionário sobre a necessidade de construção e reforma de unidades prisionais;

**c)** fica reiterada a ação 5.1: criação de GT interinstitucional visando à elaboração de propostas de criação de incentivos fiscais e benefícios para empresas que contratem detentos e egressos. A OAB deverá consultar advogado tributarista e trabalhista para apresentar parecer sobre a possibilidade de desoneração fiscal e trabalhista para o município que seja sede de unidade prisional;

**d)** Dra. Maria Tereza trará na próxima reunião projeto de municipalização da fiscalização do cumprimento das alternativas penais, que tem por objetivo a municipalização da execução penal no monitoramento e fiscalização do cumprimento das alternativas penais;

**e)** em 25 de fevereiro, às 16h, no Plenário do CNMP, deverá ser lançado o projeto "Identidade Cidadã no Sistema Prisional". Dra. Andrea Paixão, Coordenadora de projetos sociais do RECIVIL deverá se reunir previamente em 04/02/2014 no DEPEN com as autoridades envolvidas dos estados de Rondônia, Paraná, Mato Grosso, Maranhão e Espírito Santo para transmitir sua experiência. Dr. Alexandre Saliba expedirá ofícios abordando o assunto e convidando os Secretários de Segurança Pública dos referidos Estados e a Dra. Maria Tereza reforçará o convite por meio de contatos telefônicos. Dra. Mara Fregapani fará contato com os gestores do sistema prisional dos cinco estados e gestores de outras instituições, como presidentes de sindicatos de cartórios de registro civil, para que participem da reunião.

**f)** Dr. Pedro Ivo, Dr. Paulo Taubemblatt, Dr. Alexandre Raslan e Dr. Soel Arpini apresentarão, na próxima reunião, a programação do evento internacional sobre sistema prisional. Até o dia 12/12/2014, farão uma previsão de custos do evento. O projeto pedagógico deverá ser encaminhado para o Dr. Alexandre Saliba até 15/12, para que possa



entabular as tratativas com a Presidência e a Secretaria-Geral do CNMP.

**g)** a 6ª Reunião da ENASEP será realizada no dia 05 de fevereiro de 2015, às 10h, na sala 307 do CNMP.

Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 10 de dezembro de 2014.



**CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA**  
Conselho Nacional do Ministério Público